



IDEIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO



## **Bem-vindo a esta viagem...**

Este caderno foi pensado de forma a poder constituir-se um instrumento de trabalho para os educadores de todos os níveis de ensino que tenham a visão de futuro, o espírito inovador e o empenho pessoal imprescindíveis para implementar a Agenda 21 na Escola.

Do ponto de vista prático, implementar uma Agenda 21 numa determinada comunidade significa encetar um processo de planeamento em direcção a um futuro mais sustentado, onde todos os elementos dessa comunidade são convidados a participar. Neste contexto a comunidade pode ser o país, a região, a cidade, a freguesia, o bairro, a empresa ou a escola, entre outros. E planear em direcção a um futuro mais sustentado significa que os vários grupos e indivíduos da comunidade se vão envolver de modo a descobrir em que situação estão e para onde querem ir e vão traçar o caminho para lá chegar de modo a que a comunidade seja próspera, justa e tenha um menor impacte no meio ambiente.

## **Imagine na sua comunidade escolar...**

Professores e educadores, alunos, funcionários, pais, conselho executivo, e algumas entidades externas como a junta de freguesia, alguma organização não governamental local, a câmara municipal, entre outros parceiros, simultaneamente envolvidos na criação de um “Plano de Sustentabilidade” para a escola. Reuniões de trabalho multidisciplinares, divisão de tarefas por área de competências, trabalho de campo, sensibilização, realização de questionários, diálogo permanente entre os vários grupos até se desenhar o “Plano de Sustentabilidade”.

Uma escola onde todos estão envolvidos e empenhados na construção de um futuro melhor, onde há mais justiça, melhor ambiente, mais poupança de recursos para se investir no essencial por vezes este tipo de trabalho permite identificar, por exemplo, formas de poupar sem perda de conforto para os utilizadores. E o dinheiro que se poupar pode ser utilizado para outros fins mais úteis.

Mas os leitores estarão a pensar neste momento: “Isto é tudo muito bonito mas porque é que a escola precisa de se envolver num processo aparentemente tão complexo, no qual o trabalho é eminentemente voluntário? O que ganhamos com isso? Qual é a utilidade do “Plano de Sustentabilidade”? Já temos tanto trabalho para fazer, porquê envolvermo-nos em mais um projecto?” ... e muitas outras questões práticas e legítimas para quem tem a experiência do dia-a-dia da escola. Quanto às questões práticas sobre “como fazer?” esperamos responder a essas ao longo das páginas deste caderno. Sobre as questões relacionadas com o “porquê fazer?” gostaríamos de reforçar o seguinte:

## **A escola tem a responsabilidade de formar cidadãos.**

O exercício da cidadania não é inato, deve ser aprendido. E as escolas têm esse papel de relembrar aos adultos o seu papel numa democracia deliberativa e de ensinar às crianças e jovens que podem ter uma parte activa na comunidade. Nas escolas – em alunos, funcionários e educadores – há um enorme volume de massa crítica e capacidade de implementação de projectos. Neste momento falta dinamizar uma verdadeira cultura participativa, o que implica uma aprendizagem colectiva e deve assentar num forte compromisso dos responsáveis e numa formação continua de todos. A

implementação da Agenda 21 na Escola contribui activamente para esta aprendizagem e constituição de cidadãos activos. E toda a sociedade ganha com isso!

**Os jovens não serão os cidadãos do futuro (como é habitual ouvirmos). São os cidadãos do presente.**

Os mais jovens estão regra geral mais receptivos a novas informações e encontram-se numa fase onde as mudanças de comportamento são mais prováveis. E, acima de tudo, já são cidadãos e já têm o direito de participar na construção da sociedade. Os adultos têm uma forte tendência para dizer “os jovens são os cidadãos do futuro” mas essa afirmação ignora o fundamental papel dos jovens no presente e desresponsabiliza-os na sociedade. Porque não dar-lhes responsabilidade e trazer alguns objectivos e valores para as suas vidas? A escola tem de ser pioneira neste conceito.

**O importante não é ganhar o jogo, mas sim jogar.**

Se ganharmos ainda melhor! Mas o mais importante é começar o processo de implementação da Agenda 21 na Escola. O resultado pode não ser um “Plano de Sustentabilidade” ideal e as acções a implementar podem não dar frutos imediatos, mas entretanto já se criaram pontes entre a escola e os pais ou o poder local e já se praticou um exercício de pedagogia extremamente válido para a democracia.

**A Agenda 21 na Escola não é mais um projecto: é na verdade o chapéu dos projectos.**

Se a organização dos trabalhos for bem coordenada, cada turma e educador poderá ter um papel concreto dentro deste projecto. Cada um dará à Agenda 21 na Escola o que estiver de acordo com as suas competências e motivações. O que é imprescindível é uma coordenação das actividades.

Para encerrar, voltamos à frase inicial desta apresentação: para implementar a Agenda 21 na Escola é necessária uma visão de futuro, um espírito inovador e empenho pessoal por parte dos educadores. E é para esses grupo de “corajosos e corajosas” que este material foi produzido. É um guia de trabalho que explica o contexto da Agenda 21 na Escola e explica como passar pelas várias fases de desenvolvimento da Agenda 21 na Escola: como começar, quem envolver, que actividades, em que momentos, como fazer o diagnóstico, como preparar o plano, etc..

Terminamos dizendo que não vai ser tudo fácil! Sabemos que existem várias barreiras institucionais e logísticas, limitações de tempo, falta de experiência em processos desta natureza, o dia-a-dia do funcionamento da escola e muitas outras. Mas estas barreiras existem para ser ultrapassadas! Os resultados podem não ser os ideais mas serão decerto extremamente recompensadores... e vão no mínimo marcar positivamente um grupo de jovens cidadãos para o seu papel numa democracia. Só isso já tem um valor incalculável nos dias que correm...

**Boa sorte!**

*Lipon*



UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
PORTUGUESA  
Escola Superior  
de Biotecnologia

## ÍNDICE

<b>1. Introdução: o contexto em que surge a Agenda 21 na Escola</b>	<b>3</b>
1.1 Um breve historial da Educação Ambiental e do conceito de Desenvolvimento Sustentável	3
1.2 Desenvolvimento Sustentável na Europa e em Portugal	8
<b>2. Agenda 21 na Escola: do conceito à prática</b>	<b>10</b>
2.1 A importância da escola	10
2.2 A Agenda 21 na Escola em pequenos passos	12
2.2.1 FASE DE MOTIVAÇÃO	13
2.2.2 FASE DE REFLEXÃO	14
2.2.3 FASE DE DIAGNÓSTICO	16
2.2.3.1 Diagnóstico sobre os conteúdos curriculares e os métodos de ensino e aprendizagem	17
2.2.3.2 Diagnóstico sobre o espaço onde se ensina e aprende	20
2.2.4 FASE DE ACÇÃO	25
2.2.5 FASE DE AVALIAÇÃO	28
2.2.5.1 Comunicar os resultados	29
<b>3. Alguns recursos</b>	<b>30</b>

# 1. Introdução: o contexto em que surge a Agenda 21 na Escola

*Neste primeiro capítulo tentaremos justificar o processo de Agenda 21 na Escola enquadrando-o nos esforços que têm sido realizados a nível internacional, comunitário e nacional para promover um desenvolvimento sustentável e para educar os cidadãos nesse sentido.*

## 1.1 Um breve historial da Educação Ambiental e do conceito de Desenvolvimento Sustentável

Para muitas pessoas, mesmo no presente, “desenvolvimento” é ainda sinónimo de “crescimento económico”. No entanto, o “desenvolvimento” tem obrigatoriamente que integrar outras perspectivas – tais como o bem-estar social e qualidade ambiental – sob risco de se exaurir o capital planetário que permite a prosperidade económica. No limite, se se destruírem os recursos naturais de que dependemos, o crescimento económico deixa de existir. Por exemplo, sem petróleo, carvão, gás natural, etc, a sociedade não sabe garantir a energia para a sua actividade económica; sem solo fértil e água limpa não é possível produzir alimentos e recursos florestais essenciais à sobrevivência... Ou seja, descuidar o ambiente significa pôr em causa não apenas a prosperidade económica, mas também a sobrevivência da espécie humana ou, pelo menos, da sociedade ocidental tal como a conhecemos...

Os problemas ambientais tornaram-se referências diárias do dia a dia a partir dos anos 70, com destaque a partir dos anos 80. Foi durante estas décadas que as calamidades ambientais começaram a dominar as notícias. Imagens e notícias sobre o acidente nuclear de Chernobyl, a intoxicação de milhares de pessoas por mercúrio em Minamata, o “buraco” da camada de ozono, as montanhas de lixo, os alimentos perigosos, os derrames de petróleo ou as chuvas ácidas tornaram-se conceitos comuns... Além disso nos anos 70 ocorreram as primeiras crises petrolíferas, que vieram lembrar de forma muito directo o quanto estamos dependentes de um recurso instável e em vias de extinção. Foi então que, finalmente, a comunidade internacional decidiu pôr mãos à obra. Assim, mais visivelmente desde 1972, os governos de todo o planeta têm feito um esforço no sentido de obter dados realistas e atingir acordos sobre definições, objectivos e planos de acção e ainda medidas concretas a implementar para atingir um novo tipo de desenvolvimento onde ambiente, economia e bem estar social apareçam de mãos dadas.



## PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### Meio ambiente

A capacidade de carga do ecossistema impõe limites a muitas actividades humanas e obriga a uma educação para o consumo equilibrado dos recursos.

### Futuro

Existe um dever moral de garantir a sobrevivência das gerações futuras.

### Qualidade de vida

Bem-estar não é só economia: inclui também as dimensões sociais, culturais, éticas e espirituais.

### Equidade

A riqueza, as oportunidades e as responsabilidades devem ser partilhadas.

### Precaução

Quando existe o perigo de uma dada opção acarretar impactos ambientais graves deve optar-se pelo caminho que oferece mais segurança ao ambiente e ao cidadão, sem esperar pelas provas científicas finais de relação causa-efeito.

### Pensamento holístico

Para resolver um problema de sustentabilidade é necessário que todos os factores que afectem o problema se integrem na solução.

Vamos percorrer brevemente os momentos históricos que, não sendo os únicos, são os mais visíveis:

**1972**

#### Acontecimento: Conferência de Estocolmo

**Resultado:** Nesta Conferência sobre o Ambiente Humano promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu-se internacionalmente que a protecção ambiental está fortemente interrelacionada com o desenvolvimento económico e a prosperidade no mundo. Da conferência resultou a Declaração sobre o Ambiente Humano (ou Declaração de Estocolmo) que apela a que governos e cidadãos exerçam esforços conjuntos para a preservação e melhoria do ambiente humano e para benefício de todos.

**Mais informações:** [www.unesco.org/iau/sd/stockholm.html](http://www.unesco.org/iau/sd/stockholm.html)

**1973**

#### Acontecimento: Relatório “Os limites ao crescimento”

**Resultado:** O Clube de Roma defendeu neste controverso relatório que, se o crescimento económico não fosse refreado, o mundo sentiria graves consequências de médio e longo prazo, chamando também a atenção para o esgotamento dos recursos naturais do planeta e para os limites da sua capacidade de renovação.

**Mais informações:** [www.clubofrome.org](http://www.clubofrome.org)

**1975**

#### Acontecimento: Conferência de Belgrado

**Resultado:** Face às recomendações da Conferência de Estocolmo, a ONU e a UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) promovem, em Belgrado, o Seminário Internacional de Educação Ambiental. Aqui foi criado o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA/IEEP).

**Mais informações:** [www.unesco.org](http://www.unesco.org)

**1977**

#### Acontecimento: Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Tbilisi)

**Resultado:** Nesta conferência promovida pela UNESCO, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), foram definidas as directrizes básicas da educação ambiental e da sua especificidade, características, princípios, objectivos e finalidades. No relatório final da conferência pode ler-se "*a Educação Ambiental deve facilitar uma tomada de consciência da interdependência económica, política e ecológica do mundo moderno, de modo a estimular o sentido de responsabilidade e de solidariedade entre as nações. Isto constitui um pré-requisito para que os problemas ambientais graves que se localizam no plano mundial possam ser resolvidos*".

**Mais informações:** [www.uwsp.edu/natres/nres310510/thetbilisideclaration.htm](http://www.uwsp.edu/natres/nres310510/thetbilisideclaration.htm)

**1987**

#### Acontecimento: Relatório “O Nosso Futuro Comum” (mais conhecido por “Relatório Brundtland”)



**Resultado:** A Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (presidida pela norueguesa Gro Brundtland) publicou um relatório que identifica a necessidade de integrar o meio ambiente e o desenvolvimento nas políticas nacionais. Aqui nascia o conceito de desenvolvimento sustentável, que se define como sendo aquele “que responde às necessidades presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras responderem às suas próprias necessidades”. O desenvolvimento sustentável pressupõe assim um progresso capaz de gerar riqueza e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo (incluindo o combate às desigualdades sociais e à pobreza) sem pôr em causa a qualidade do ambiente nem provocar o esgotamento dos recursos naturais, de forma a assegurar que as gerações futuras tenham um ambiente pelo menos tão bom (ou tão mau...) quanto o disponível actualmente.

**Mais informações:** [www.brundtlandnet.com/brundtlandreport.htm](http://www.brundtlandnet.com/brundtlandreport.htm)

1992

**Acontecimento:** Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (ou “Conferência do Rio” ou “Cimeira da Terra”)

**Resultado:** Esta conferência aconteceu exactamente vinte anos depois da sua antecessora (Conferência de Estocolmo) e contou com a presença de quase duas centenas de países. Representou uma inflexão importante no discurso político mundial, porque:

- *Estabelece uma nova parceria mundial, mais equitativa, através da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, sectores-chave das sociedades e os diferentes povos;*
- *Promove acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de ambiente e desenvolvimento;*
- *Reconhece a natureza integral e interdependente do planeta.*

A Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas foi estabelecida após a Cimeira da Terra com o objectivo de apoiar e supervisionar os governos centrais e locais, os organismos internacionais e os grupos principais, tais como os sectores produtivos, as organizações não governamentais e outros sectores da sociedade civil, quanto às medidas que poderão adoptar para aplicar os acordos estabelecidos na Cimeira da Terra. No endereço de Internet desta organização está disponível uma base de dados com exemplos de boas práticas e inovações ([www.un.org/esa/sustdev/mgroups/mgina.htm](http://www.un.org/esa/sustdev/mgroups/mgina.htm)).

**Mais informações:**

[www.unesco.org/education/esd/english/chapter/chapter.shtml](http://www.unesco.org/education/esd/english/chapter/chapter.shtml)



### ALGUNS PRINCÍPIOS DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992)

Destacamos alguns dos princípios que demonstram a importância da participação, do espírito crítico e força de execução dos jovens e da necessidade de uma actuação local:

**PRINCÍPIO 1:** Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

**PRINCÍPIO 10:** O melhor modo de tratar das questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados. No plano nacional todas as pessoas deverão ter um acesso adequado a toda a informação sobre meio ambiente que as autoridades possuam, assim como deverão ter oportunidade de participar nas decisões que influenciem o seu dia-a-dia (...).

**PRINCÍPIO 21:** Deveria mobilizar-se a criatividade, os ideais e o valor dos jovens para forjar uma aliança mundial orientada para atingir o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos.

**PRINCÍPIO 22:** (...) As comunidades locais desempenham um papel fundamental no ordenamento do meio ambiente e no desenvolvimento devido ao seu profundo conhecimento do local e das práticas tradicionais.

## A AGENDA 21 E A AGENDA 21 LOCAL

A “Agenda 21” é porventura um dos documentos mais importantes aprovados na Cimeira da Terra. É um documento que define um conjunto de directrizes a seguir para alcançar o desenvolvimento sustentável. Este documento foi aprovado por dezenas de nações, que representam 98% da população mundial.

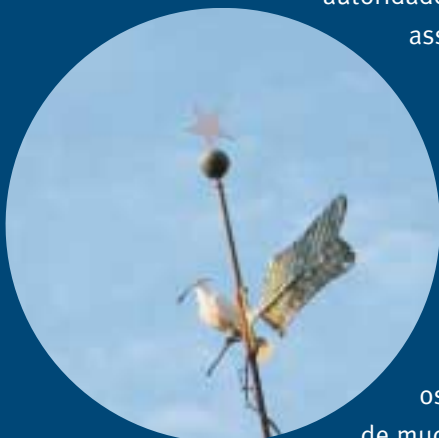
### O que a Agenda 21 é:

- › um documento dinâmico a ser aplicado pelos vários actores de acordo com a situação, capacidades e prioridades dos respectivos países;
- › um instrumento de acção para orientar o desenvolvimento;
- › o reconhecimento de que a sustentabilidade não é uma opção mas sim uma necessidade premente (e que é possível);
- › uma proposta de acções a implementar também pelos cidadãos individuais;
- › uma sistematização de medidas concretas e incentivos para reduzir o impacte ambiental das nações industrializadas, revitalizar o desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento, eliminar a pobreza e estabilizar a população mundial.

É efectivamente uma Agenda para o século XXI, pois contém orientações concretas para que todos os países, grupos e sectores de actividade contribuam activamente para atingir a sustentabilidade durante o século actual.

A execução efectiva da Agenda 21 exige uma reorientação profunda da sociedade humana, nomeadamente nas prioridades dos governos e indivíduos e na aplicação dos recursos humanos e financeiros. Esta mudança exigirá, por um lado, que as preocupações ambientais sejam integradas na tomada de decisões e, por outro, a participação activa dos cidadãos de todo o mundo, quer a nível local, nacional ou global.

O capítulo 28 deste documento seminal é dedicado à “Agenda 21 Local” e reconhece que, sendo as autoridades locais o nível de governação mais próximo do cidadão, estas terão de assumir um papel vital na criação das condições para formar e mobilizar os cidadãos para a intervenção activa. A Agenda 21 Local (A21L) consiste então num processo participativo através do qual se procura o consenso entre as autoridades locais e os diversos parceiros da sociedade civil com o objectivo de preparar e implementar um Plano de Acção de curto, médio e longo prazo dirigido aos problemas e prioridades locais, no qual se integrem as preocupações de protecção ambiental, de prosperidade económica e de equidade social da comunidade. Constitui, além disso, um excelente método para recolher informações importantes e comprometer os participantes com novos comportamentos. A probabilidade da ocorrência de mudanças comportamentais, em particular no que diz respeito às questões ambientais, aumenta se as pessoas forem sistematicamente sensibilizadas e informadas.





## 1997

**Acontecimento:** Conferência Internacional sobre o Ambiente e Sociedade: “Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade” (Thessaloniki, Grécia)

**Resultado:** Resultou deste encontro a Declaração de Thessaloniki onde, mais uma vez, se destaca que: *“a Educação Ambiental deve ser implementada de acordo com as orientações de Tbilisi e da sua evolução a partir das questões globais tratadas na Agenda 21 e nas grandes conferências da ONU que também abordaram a educação para sustentabilidade. Isso permite a referência à educação para o meio ambiente e da sustentabilidade”*.

Mais do que uma simples forma de transmitir informações e conhecimentos sobre os recursos naturais, a Educação Ambiental, embora não constitua a resposta absoluta para todos os problemas, constitui uma ferramenta indispensável à construção de novos valores e atitudes voltados para o desenvolvimento de uma sociedade comprometida com a resolução dos problemas ambientais, proporcionando condições adequadas de sobrevivência para as gerações presentes e futuras.

**Mais informações:** [www.unesco.org/iau/sd/thessaloniki.html](http://www.unesco.org/iau/sd/thessaloniki.html)

## 2002

**Acontecimento:** Rio + 10 (Joanesburgo, África do Sul)

**Resultado:** Fez-se o ponto da situação dos objectivos alcançados pelos documentos lançados na Cimeira da Terra de 1992 e assumiu-se o compromisso de fortalecer e melhorar a governação em todos os planos com o objectivo de atingir a aplicação efectiva de toda a Agenda 21 em todo o planeta.

A Convenção de Joanesburgo, como ficou conhecida, gerou dois documentos importantes: a Declaração Política e o Plano de Acção. O primeiro assume diversos desafios inter-relacionados e associados ao desenvolvimento sustentável, especificando vários compromissos gerais como uma melhor participação democrática nas políticas de desenvolvimento sustentável. O segundo é um documento longo e denso que identifica várias metas para a educação, a biodiversidade, a erradicação da pobreza, a alteração de padrões de consumo e de produção e a protecção dos recursos naturais, entre outros...

**Mais informações:** [www.johannesburgsummit.org](http://www.johannesburgsummit.org)

### Em síntese...

Nos anos 70 nasceu o conceito de educação ambiental, nos anos 80 o de desenvolvimento sustentável. Desde então tem-se trabalhado no sentido de promover a prática e interligação destes conceitos, ao ponto de 2002 ter marcado o início da década da “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”. A educação para a sustentabilidade passa pelo desenvolvimento de capacidades pessoais de análise, investigação, avaliação, exercício da criatividade, comunicação, negociação, planificação, cooperação e execução, mas também pelo fortalecimento da motivação e coragem necessárias para a efectiva implementação da mudança. A Agenda 21 na Escola é um projecto concreto de educação para a sustentabilidade.

## 1.2 Desenvolvimento Sustentável na Europa e em Portugal

Ao nível europeu é no ano de 1992, com a aprovação do Quinto Programa de Acção para o Ambiente (1992-2000), que se estabelece pela primeira vez o objectivo de orientar o desenvolvimento para o respeito e promoção ambientais e em direcção à sustentabilidade. Nesse momento a aposta assentou sobretudo na mudança nos padrões de desenvolvimento, produção, consumo e comportamento. Numa primeira avaliação deste Quinto Programa, realizada em 1998, verificou-se que se tinham atingido alguns resultados concretos mas também que os progressos não eram ainda suficientes em várias áreas. O Sexto Programa de Acção Comunitário em Matéria de Meio Ambiente foi aprovado a 22 de Julho de 2002 pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia. Este novo programa propõe-se concretizar a componente ambiental da Estratégia para um Desenvolvimento Sustentável da União Europeia, aprovada em Junho de 2002 e apresentada oficialmente na Cimeira de Joanesburgo.

Em Portugal, após a conclusão da Discussão Pública da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) em 2002, e na sequência da Cimeira de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, o Governo concluiu pela necessidade de proceder à elaboração de um Plano de Implementação da Estratégia (PI-ENDS), definindo metas e prazos concretos, meios de implementação e indicadores de avaliação que tinham primado pela ausência no documento inicial. Tendo em conta o carácter transversal do desenvolvimento sustentável, a coordenação política deste dossier passou a ser assegurada directamente pelo Gabinete do Primeiro Ministro, mantendo o Instituto do Ambiente do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território a coordenação técnica do processo.

Os trabalhos correspondentes à elaboração do PI-ENDS foram divididos em três fases, cada uma das quais associada a um período de discussão, com uma quarta e última fase de preparação dos documentos finais. Como resultado da primeira fase, focada na discussão da proposta da ENDS em sete painéis sectoriais institucionais, foram preparados documentos de trabalho que reúnem propostas de objectivos, acções e indicadores para cada um dos grandes temas:

- Pescas,
- Agricultura, Desenvolvimento Rural e Florestas,
- Transportes,
- Economia,
- Ambiente e Ordenamento do Território,
- Aspectos Sociais,
- Questões Financeiras e Fiscais.

Estes documentos foram disponibilizados através da página do Instituto do Ambiente ([www.iambiente.pt](http://www.iambiente.pt)) e estiveram abertos a comentários por parte da sociedade civil até Setembro de 2003.

Em Janeiro de 2004 um novo impulso foi transmitido ao longo processo da ENDS com a nomeação de uma Comissão de Especialistas encarregue de dar continuidade aos trabalhos, tendo em vista o objectivo da operacionalização até Janeiro de 2005 e de acordo com três dimensões essenciais: o desenvolvimento económico, a coesão social e a protecção ambiental.

### AGENDA 21 LOCAL EM PORTUGAL

A Agenda 21 Local é a aplicação concreta do mote “Pensar Globalmente, Agir Localmente”. Como referido acima, consiste num processo participativo, multi-sectorial, que visa atingir ao nível local os objectivos da Agenda 21, nomeadamente através da preparação e implementação de um Plano de Acção direccionado para o desenvolvimento sustentável. No que toca à implementação de processos de Agenda 21 Local (A21L) em Portugal a situação é incipiente, com inúmeros obstáculos: desde a inércia da administração central à das autarquias e dos próprios cidadãos. O relatório mais recente apresentado pelo governo português (2001) refere a existência de somente 27 municípios onde este processo estará em planeamento ou execução. A questão chave num processo de A21L é a participação pública. No entanto, no que diz respeito ao exercício da sua cidadania, os portugueses costumam denotar uma grande passividade. Quando confrontados com um conjunto de possibilidades de participação na vida política e social do país disponíveis nos últimos 5 anos, 80% responde “votar em eleições” e 54% “manter-se informado sobre questões sociais e políticas”. Apenas cerca de 8% afirma participar em discussões públicas. Ou seja, é preciso aprender a intervir. Mas é também fundamental que esta aprendizagem se efectue o mais cedo possível na vida dos indivíduos. Assim, a Agenda 21 na Escola constitui um projecto com potencial educativo elevadíssimo, traduzido em cidadãos mais motivados, participativos e, porque não, altruístas.



## 2. Agenda 21 na Escola: do conceito à prática

### 2.1 A importância da escola

**“Pensar global,  
agir local”** é o espírito que suporta a elaboração de Agendas 21 ao nível local e também ao nível escolar. A preocupação com os problemas globais como, por exemplo, as alterações climáticas, pode ser muito frustrante, pois cada pessoa não tem grande capacidade para os resolver individualmente. No entanto, agindo ao nível local, por exemplo investindo em reduções do consumo de energia, o indivíduo dá um contributo valioso - e absolutamente indispensável - para a resolução do problema total.

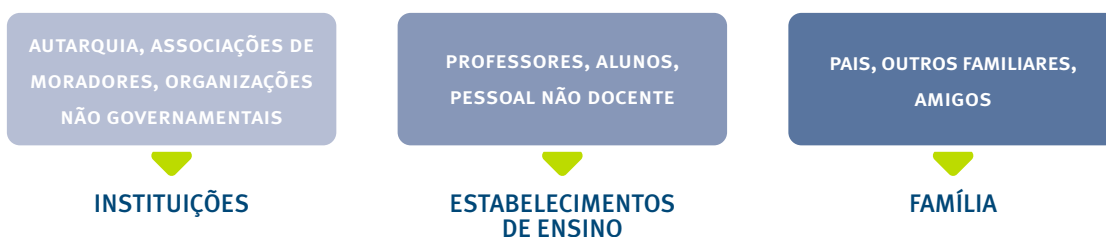
No processo de mudança rumo à sustentabilidade a comunidade escolar pode e deve desempenhar um papel exemplar, contribuindo para formar cidadãos cada vez mais conscientes, capazes de interiorizar conceitos como os de sustentabilidade, ética, humanismo e colaboração para o bem comum.

Se as escolas têm um papel fundamental na ajuda à análise e compreensão da realidade, devido à sua função pedagógica, constituem, em acréscimo, um modelo realista da comunidade em que é possível testar processos e soluções a uma escala "laboratorial". Deste ponto de vista, a escola representa um tubo de ensaio para a génese de novas estratégias que permitam materializar os princípios da sustentabilidade e garantir uma experiência educativa efectivamente marcante e transformadora, decisiva para a mudança necessária à escala mais lata.

A escola tem ainda as condições ideais para possibilitar a participação real de todos os seus membros, sendo possível debater abertamente os problemas que necessitam de ser resolvidos, decidir conjuntamente quais são os prioritários e quais as propostas de acções mais adequadas para os resolver, bem como acompanhar e monitorizar a sua correspondente execução.

A implementação da Agenda 21 na Escola pode tornar-se imprescindível também porque crianças e jovens envolvidos num projecto desta natureza transportarão para junto das suas famílias o à vontade com processos participativos o que, pelo menos em parte, servirá para levar os pais a contribuir de igual modo na construção de uma comunidade com mais qualidade de vida ao nível local (por exemplo, em Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde está em curso a implementação do Futuro Sustentável - Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto, e na freguesia de Mindelo está em curso a Agenda 21 Local de Mindelo, processos nos quais todos os cidadãos são chamados a participar activamente).

Deste ponto de vista, é perfeitamente possível que a escola faça, à sua escala, um processo equiparável e relevante para o que decorre no concelho ou região: assumir a sua responsabilidade nas questões sócio-ambientais escolares e integrá-las na gestão da escola, analisando o seu estado e assumindo compromissos com acções concretas visando a sua melhoria para, no fundo, implementar a sua Agenda 21 Escolar.



A Agenda 21 na Escola permite que a comunidade escolar estabeleça laços de cooperação e tenha um impacto positivo nas instituições e nas famílias ou seja, nos subsistemas e nos sobressistemas. De acordo com a teoria dos sistemas, “tudo é um sistema”, “cada sistema faz parte de um ou mais sistemas maiores” e “a maioria dos sistemas é aberta e troca energia”. Assim, se encararmos a escola como um sistema, é fundamental perspectivá-la como sendo constituída por outros sistemas (ex: famílias) e como estando integrada noutros sistemas (ex: freguesia ou concelho e sistema educativo), com os quais troca constantemente energia (e matéria). Não podemos pois olhar para a escola como um sistema isolado!

	AGENDA 21 LOCAL (A21L)	AGENDA 21 ESCOLAR (A21E)
O QUÊ?	É um processo no qual as autoridades locais trabalham em conjunto com todos os sectores da comunidade para preparar um plano de acção que implementa a sustentabilidade a uma escala local.	É um processo em que a comunidade escolar, ou parte dela, procura o consenso na preparação de um plano de acção para procurar a sustentabilidade à escala da escola (e do meio envolvente).
QUEM?	A autarquia tem um papel fundamental na promoção deste processo participativo. Todos os cidadãos e entidades representativas dos mais variados sectores, além dos munícipes, têm a responsabilidade de contribuir com as suas experiências, conhecimentos e sugestões.	Um grupo específico (Grupo Coordenador da Agenda 21 Escolar) assume a responsabilidade de impulsionar o projecto junto dos membros da sua escola, esperando-se a participação de todos.
ONDE?	Município	Escola e meio envolvente mais próximo

Adaptado de ‘Guia Per Fer L’Agenda 21 Escolar’, Ajuntament de Barcelona

A Agenda 21 na Escola é uma adaptação dos princípios, definição e objectivos da Agenda 21 Local, sendo que neste caso a comunidade alvo é a escola.

Também há no entanto a possibilidade de a escola liderar um processo de Agenda 21 virado para a comunidade onde está envolvida (bairro, freguesia ou concelho), isto é, mais orientado para o exterior. Assim, através da mesma metodologia, pode organizar sessões de trabalho e reuniões com os pais, líderes da comunidade e grupos vivos (Associações e Serviços de Protecção Civil, entre muitos outros), realizar questionários e pesquisa sobre a freguesia ou o concelho e auxiliar na preparação das bases participativas para um processo de Agenda 21 Local.





## 2.2 A Agenda 21 na Escola em pequenos passos

Partindo do modelo da Agenda 21 Escolar de Barcelona que servirá como documento base para a implementação da Agenda 21 na Escola (A21E), a familiarização dos estabelecimentos de ensino para a A21E deve envolver diferentes fases. Mas, como cada escola é única, esta também deve definir o seu próprio itinerário e levar à prática um programa adequado às suas características e necessidades específicas. Em função destas deve programar acções seguindo a ordem que considera mais adequada. As fases, os seus objectivos e as suas características são as seguintes (Adaptado de ‘Guia Per Fer L’Agenda 21 Escolar’, Ajuntament de Barcelona):

### FASES DE IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 21 NA ESCOLA E TAREFAS GERAIS EM CADA FASE.

*Encetar um processo de Agenda 21 na Escola é semelhante a começar uma viagem: primeiro há que ter a vontade para fazer a viagem e decidir quem serão os acompanhantes imprescindíveis na viagem (fase de motivação), depois há que pensar no destino ideal e ver se esse destino se adapta às nossas características pessoais (ex: se o viajante não gosta de contactar com insectos nunca deve escolher viajar para a Amazónia) – (fase de reflexão). Após este momento é preciso olhar para o mapa, ver a localização actual exacta e decidir qual o caminho a percorrer para atingir o destino (fase de diagnóstico). Só depois disso é que a viagem arranca (fase de acção). Finalmente, depois de concluir a viagem responde-se à pergunta: valeu a pena? (fase de avaliação).*

#### 1. Fase de motivação

*Suscitar o compromisso e a participação da comunidade educativa. Orientar o grupo de trabalho coordenador da Agenda 21 Escolar.*

#### 2. Fase de reflexão

*Repensar a filosofia ambiental e social do estabelecimento de ensino e analisar o seu grau de coerência com a acção individual e colectiva dos seus membros. Reavaliar a sua coerência básica com os princípios da sustentabilidade.*

#### 3. Fase de diagnóstico

*Identificar os problemas existentes no estabelecimento de ensino ou gerados por este. Realizar um levantamento dos diferentes aspectos da vida escolar de forma a identificar os problemas, a sua origem e localização.*

#### 4. Fase de acção

*Elaborar e desenvolver um plano de acção, hierarquizando os problemas mais urgentes e/ou que sejam mais facilmente solucionáveis. Estabelecer objectivos para a resolução dos problemas. Estudar alternativas para solucionar os problemas. Formalizar um plano de acção, fruto de discussão e consenso entre os vários membros da comunidade escolar.*

#### 5. Fase de avaliação

*Definir instrumentos para realizar o seguimento e avaliação das acções com o propósito de as ajustar posteriormente em função dos objectivos.*

## 2.2.1 FASE DE MOTIVAÇÃO

Um elemento chave para o êxito de qualquer iniciativa de A21E é o apoio do máximo de membros da comunidade educativa. Quanto maior for a motivação maior é geralmente a possibilidade de sucesso de um projecto.

A ideia de envolver a escola neste processo parte geralmente de um pequeno grupo de educadores. Logo, é fundamental que este grupo promova um conjunto de iniciativas com o objectivo de sensibilizar e estimular o compromisso e participação de outras pessoas ou grupos da comunidade educativa.

Nesta fase podem organizar-se alguns eventos geradores de diálogo, que criem oportunidades para expressar opiniões, para informar ou para dar conhecimento de preocupações. Estes eventos podem ser dirigidos a toda a comunidade escolar ou a grupos específicos.

É fundamental ter consciência que cada escola apresenta especificidades e pontos de partida diversos. Além disso, as actividades a desenvolver podem adaptar-se bem a uma realidade educativa e não a outra.

Antes de começar a envolver muita gente no processo é fundamental criar um Grupo Coordenador (GC), isto é, uma pequena equipa executiva que organize as actividades e garanta a máxima coerência e integração do trabalho efectuado. Uma das principais funções do GC é a de implementar em toda a comunidade escolar uma atitude positiva e construtiva.

### CONSTITUIÇÃO DO GRUPO COORDENADOR

O GC poderá ser constituído pelos seguintes elementos:

- › Os educadores que lançaram o desafio;
- › Alguns líderes de grupo dentro do contexto escolar (ex: aluno activo na associação de estudantes, se esta for activa e os estudantes realmente se identificarem com esta estrutura);
- › Um representante do pessoal não docente;
- › Um representante da associação de pais ou organização equivalente;
- › Outros professores activos;
- › Um representante do conselho executivo;
- › Um representante do poder local (junta de freguesia ou câmara municipal) e/ou da administração central, se for possível que este elemento seja assíduo e esteja seriamente dedicado ao projecto.

Idealmente o GC não deve ser constituído por mais de 8 a 10 elementos, sob risco de se tornar uma estrutura decisória e executiva demasiado pesada de gerir. A constituição do GC que apresentamos é uma possibilidade. A lista deverá ser reavaliada de acordo com a realidade de cada estabelecimento de ensino.



### AS PRIMEIRAS DECISÕES QUE O GC TERÁ QUE TOMAR...

Algumas questões sobre as quais o GC deverá debruçar-se numa fase inicial:

- › Quem são os responsáveis por certas tarefas ou pelouros?
- › Quem coordena as diferentes acções: uma pessoa ou uma equipa?
- › Como podem colaborar especificamente os vários grupos representados?
- › Como se articularão os professores com os alunos, conselho executivo, pessoal não docente, famílias, administração central?
- › Como será partilhada/divulgada a informação dentro e fora do estabelecimento de ensino?
- › Qual a regularidade com que o GC se deve reunir?

*Grupo Coordenador = GC*

### Ideias de acções a desenvolver nesta fase

Com os objectivos de sensibilizar a comunidade, iniciar o processo de disseminação de informação e, mais importante, envolver o máximo de grupos e indivíduos no processo até constituir o GC, o grupo de trabalho inicial poderá:

1. Promover reuniões com os vários grupos (outros docentes, alunos, pessoal não docente e pais, entre outros) para apresentar a ideia, o possível esquema de trabalhos e o que é esperado de cada grupo. Sugerimos que sejam realizadas reuniões separadas com cada grupo (ou representantes de cada grupo). Na reunião será fundamental explicar os princípios, as metodologias e os resultados esperados de um processo desta natureza, destacando o importante papel de cada um dos grupos para o sucesso do projecto. Recomendamos que para estas reuniões seja convidado um elemento externo proveniente do meio científico ou educativo que possa auxiliar o grupo inicial de docentes na sua tarefa de persuasão.
2. Promover uma conferência sobre a temática onde todos os grupos e indivíduos potencialmente importantes no processo seriam convidados a participar. Seria interessante convidar um ou dois oradores externos à escola, sendo que deveriam abordar especificamente a experiência de democratização na escola com vista à sustentabilidade.
3. Preparar um primeiro questionário sobre as percepções dos vários elementos da comunidade escolar sobre o ambiente escolar no sentido lato, de forma a tentar identificar eventuais questões chave a tratar. Os resultados destes questionários deverão ser dados a conhecer a toda a comunidade escolar de forma alargada (ex: cartazes, folhetos, outros meios específicos).
4. De forma a aumentar os conhecimentos sobre as temáticas podem organizar-se conferências ou visionamento de filmes e documentários que foquem esses aspectos (ex: justiça social, ambiente) e incluam um debate final.
5. Criar um painel de parede que seja regularmente actualizado com diversas informações sobre temáticas ambientais e sociais.
6. Organizar com um grupo de alunos uma campanha de sensibilização generalizada a toda a comunidade escolar sobre a necessidade de introduzir a sustentabilidade no dia-a-dia.

### 2.2.2 FASE DE REFLEXÃO

Esta é uma fase mais introspectiva, por vezes evitada pelas escolas durante a sua implementação da A21E. Contornar esta fase não é necessariamente negativo. Pode, no entanto, ser uma primeira tarefa extremamente estimulante para o GC

tentar de algum modo começar a localizar a escola num mapa metafórico: olhar para as características da escola e para as competências reunidas, analisar valores, atitudes, normas e comportamentos instalados, identificar a filosofia ambiental e social da escola... todas as escolas têm uma filosofia ambiental e social, mesmo que nunca tenha sido discutida ou verbalizada. O que se sugere é que a reflexão seja dinamizada numa perspectiva de sustentabilidade e os seus resultados assumidos e partilhados com toda a comunidade educativa.

Graças a esta análise espera-se que o GC estabeleça ideias orientadoras para definir a sua própria filosofia ambiental e social, que deverá guiar os restantes trabalhos sem no entanto os condicionar.



### QUESTÕES PARA REFLEXÃO

Algumas das questões sobre as quais o GC pode debruçar-se nos seus debates:

- › Quais as principais características intrínsecas da escola?
- › Que imagem tem a escola junto da comunidade (imagem que projecta para o exterior)? E junto da comunidade escolar (imagem que projecta para o interior)?
- › Quais as principais competências reunidas na escola? (áreas de estudo, por exemplo)
- › Que preocupações têm existido na escola em relação ao ambiente e justiça social?
- › Existe algum “Plano de Educação Ambiental” na escola?
- › Quais foram as iniciativas/projectos ambientais realizados? Os objectivos foram alcançados? O que funcionou e/ou o que teve menos sucesso?
- › Há adesão por parte da comunidade escolar a projectos de natureza ambiental e social?
- › Quais os projectos actuais ao nível do ambiente?
- › Na prática o que está a mudar?
- › A comunidade escolar encontra-se sensibilizada para as questões ambientais?
- › Existe algum entrosamento entre a comunidade escolar e alguma associação ambiental ou de solidariedade social?
- › O que pode ser feito para melhorar o meio ambiente da escola?
- › Quais as perspectivas futuras?
- › Quais as metas a alcançar?

### Ideias e orientações para esta fase

Depois de um debate no seio do GC pode ser importante abrir o leque de discussão a outros participantes. Assim, podem também ser organizadas reuniões parciais ou gerais de acordo com a tradição da escola, as experiências dos coordenadores do projecto ou o número de pessoas envolvidas: reuniões por tipo de público (professores, alunos, pessoal não docente, famílias, instituições) ou, alternativamente, acções onde participam todos os grupos em simultâneo. Esta última dinâmica é a mais adequada para discutir as temáticas sob diferentes pontos de vista ou criar consensos após reuniões sectoriais.

É fundamental a realização de uma síntese de cada sessão com o objectivo de divulgar junto da comunidade educativa o resultado das discussões e também permitir aos interessados fazer comentários ou dar novas sugestões.

### O QUÊ E COMO DIAGNOSTICAR?

Uma opção alternativa quanto à identificação dos aspectos a diagnosticar passa por abrir esse debate aos elementos da comunidade escolar. Significa isto que iremos perguntar à comunidade escolar: “Quais são os principais problemas que identificam na escola?” e os participantes poderão livremente apontar e ordenar as suas prioridades. Este tipo de estudo pode ser realizado de vários modos: uma opção será fazer um **inquérito** (à população total ou a uma amostra, dependendo da dimensão da comunidade escolar); outra opção será a de **organizar debates** em grupos de trabalho (“focus groups”), sendo que após um período de debate cada grupo deverá apresentar em plenário o seu “top 10” de problemas. Outra possibilidade passa por conduzir **entrevistas** a certos representantes da comunidade, mas esta opção pode significar uma menor representatividade da comunidade escolar visto só se ouvir a opinião de um pequeno número de indivíduos. Idealmente deveriam ser combinados vários métodos que possam reforçar-se ou mostrar divergências.

### 2.2.3 FASE DE DIAGNÓSTICO

Algumas escolas podem começar a sua A21E nesta fase. Muitas vezes é mais fácil que o façam desse modo - pois economizam tempo e recursos - embora haja claras vantagens em que o processo seja completo, iniciando-se na fase de motivação e envolvimento de parceiros. Mas, perante limitações de tempo, poderá ser uma opção mais viável.

Antes de iniciar o diagnóstico será importante reflectir sobre os seguintes aspectos:

#### a) Que aspectos da vida escolar devem ser diagnosticados?

- Os conteúdos curriculares?
- As metodologias de ensino / aprendizagem?
- O espaço físico e social de aprendizagem?

#### TER UMA VISÃO PARA O FUTURO...

Havendo a possibilidade de organizar uma sessão de trabalho com os vários grupos será fundamental potenciar esse momento de debate não só para identificar problemas mas também para reunir “visões sobre o futuro” da escola e formas de ultrapassar esses problemas para atingir a visão. Esta abordagem dá uma perspectiva mais positiva à reunião e na verdade produz mais informação sobre as percepções, preocupações e caminhos que podem ser percorridos...

Independentemente de se trabalhar com crianças ou adultos, há algumas técnicas para que as visões de futuro sejam partilhadas pelos participantes nos workshops. Um exemplo é o “método das imagens”, outro é o “método dos cenários”, outro é o “método do visionamento”.

#### Método das imagens

Levar para a reunião imagens recortadas de revistas. Os motivos das imagens não são importantes. Na reunião podemos pedir aos participantes que escolham a imagem que melhor descreve o futuro da escola, na sua perspectiva. Cada participante deverá explicar a sua escolha e é dessa descrição que poderemos extrair a visão.

#### Método dos cenários

Idealmente recorre-se a um educador, pai, aluno ou outro elemento da comunidade escolar que tenha aptidão artística para desenhar 4 cartazes com cenários alternativos. Os cenários têm que ser imaginados pelo GC à priori e são todas visões opostas de futuro para a escola. Deve pedir-se aos participantes que seleccionem o cenário com que mais se identificam e explicar porquê. Este método tem a desvantagem de limitar a discussão sobre o futuro baseado em 4 realidades possíveis, isto é, limita os participantes. Por outro lado permite uma votação mais fácil.

#### Método do visionamento

Pedir aos participantes que fechem os olhos e imaginem... como será a escola dali a 5 ou 10 anos. Depois de alguns minutos de visionamento cada participante descreve a sua visão. O que viu no futuro?



**b) Quando se fará este diagnóstico?**

- Durante um trimestre?
- Durante um ano lectivo?
- No futuro?

**c) Quem participará no diagnóstico?**

- Toda a comunidade escolar?
- Alguns professores?
- Alguns alunos?
- O conselho executivo?
- Algumas famílias?

**d) Como organizar?**

- Por grupos alvo?
- Toda a comunidade escolar em simultâneo?

**e) Como fazer o diagnóstico?**

- Como serão organizados os grupos de trabalho?
- Que actividades de diagnóstico se efectuarão?
- Qual é o cronograma?

**f) Como comunicar os resultados e produtos dos grupos de trabalho?**

- Edição de boletins?
- Criação de uma página na internet?
- Realização de reuniões e encontros?

O diagnóstico poderá ser realizado a dois níveis complementares:

- a) Diagnóstico sobre os conteúdos curriculares e os métodos de ensino e aprendizagem
- b) Diagnóstico sobre o espaço (físico, cultural e social) onde se ensina e aprende

**2.2.3.1 Diagnóstico sobre os conteúdos curriculares e os métodos de ensino e aprendizagem**

Um dos objectivos da educação para a sustentabilidade é favorecer a compreensão de conceitos e a aquisição de hábitos, procedimentos, atitudes e valores de respeito pelo meio ambiente. Desta forma, fazer-se um diagnóstico daquilo que se ensina e do que os alunos aprendem e quais os métodos utilizados pode tornar-se muito útil. Podem, por exemplo, ser colocadas questões como:

- São oferecidas aos alunos oportunidades de analisar temáticas ambientais sob diferentes perspectivas? E temáticas sociais e económicas?



- Os conteúdos veiculados recaem sobre a dependência das pessoas em relação ao ambiente? O impacto das actividades humanas no ambiente? Como é que os nossos comportamentos individuais influenciam o ambiente? Os processos naturais no ambiente?...
- Os alunos aprendem técnicas e procedimentos para expressar os seus pontos de vista e opiniões sobre o ambiente? Recolhem informações de diferentes fontes e tipos de suportes? Recolhem, analisam e classificam informação? Interpretam informação ambiental? Formam opiniões sobre os temas ambientais? Trabalham cooperativamente?
- E as oportunidades para partilhar os vários pontos de vista, opiniões e crenças, são as suficientes?
- Que actividades têm sido desenvolvidas recentemente que possam ser consideradas como uma “boa prática”?
- Os alunos têm possibilidade de se envolver em tarefas concretas de melhoria do seu meio envolvente?
- Os alunos são estimulados a procurar as suas próprias soluções e respostas e a resolver activamente os problemas mais próximos?
- Quais as metodologias de ensino utilizadas com mais frequência nos trabalhos ambientais, por exemplo: exposições, organização grupos de discussão, visitas de estudo, etc....?
- São fornecidos outros recursos, como vídeos ou máquinas fotográficas para estimular o interesse ambiental?
- Como têm sido tomados em conta os interesses dos alunos?
- Tem havido alguma preocupação em ampliar os temas de trabalho? Como é que isso é feito? Quais são as estratégias e recursos que são utilizados?
- Existe a possibilidade de desenvolver laços com a comunidade local?

De notar que estas questões são linhas de orientação para ser adaptadas ao público-alvo e técnica de análise escolhida na investigação.

Este diagnóstico poderá ser elaborado recorrendo às seguintes técnicas:

**1. Observação:** uma equipa constituída pelo GC e que deverá incluir alunos, se a maturidade destes assim permitir, poderá realizar um relatório baseado na observação do “dia-a-dia” da escola. É um método algo complexo, pois exige que a equipa passe muito tempo a observar as situações de ensino e aprendizagem o que pode inibir o normal funcionamento das aulas e outros momentos de trabalho.

**2. Questionário a alunos, professores e pais (estudo quantitativo):** pode ser preparado um questionário, que depois é fotocopiado e distribuído na escola para que todos os interessados respondam.



Alternativamente poderá ser feita uma selecção aleatória de uma amostra e aplicado o questionário face-a-face a esses indivíduos. O primeiro método tem desvantagens: por um lado é menos controlado, isto é, não sabemos se iremos ter respostas suficientes e, por outro lado, poderá fornecer resultados enviesados, pois teremos respostas dos indivíduos que estão suficientemente sensibilizados para responder. O segundo método também tem as suas limitações: por exemplo, para termos uma amostra aleatória há que garantir que todos os indivíduos do nosso universo têm exactamente a mesma probabilidade de ser seleccionados. E isso implica que haja um conhecimento de todos os elementos do universo. Um método arbitrário também pode ser adoptado: por exemplo, entrevistar cada terceira pessoa que passar num determinado local da escola. O questionário deverá ser curto, ter perguntas simples e, se possível, fechadas, para facilitar o tratamento dos dados. Nota: uma pergunta fechada é uma pergunta com respostas pré-definidas, ex: “muito”, “pouco”, “suficiente”, “nada” como opções de escolha.

### 3. Entrevistas em profundidade a alunos, professores e pais (estudo qualitativo):

Este método pode ser alternativo ou complementar aos anteriores e implica seleccionar alguns indivíduos e fazer entrevistas onde não obtemos resultados quantitativos, mas essencialmente qualitativos, ou seja, as explicações, as percepções dos indivíduos, os comportamentos, os conceitos...

### 4. Reunião de trabalho alargada no qual alunos, professores e pais debatem em grupos de trabalho as questões:

Esta metodologia, a ser usada, é suficiente por si só. Não é necessário nenhum outro meio complementar de obter dados. Pode ser muito valiosa pois promove o debate, a troca de ideias entre os participantes. E os resultados são, regra geral, extremamente ricos. Podem ser levadas para o debate as questões aqui enumeradas.

Os participantes são divididos em grupos de trabalho de 4 a 8 pessoas por grupo. Os grupos podem ser homogéneos ou heterogéneos, isto é, podem ser organizados grupos de professores, grupos de pais, grupos de alunos, grupos de funcionários, etc.. Ou, pelo contrário, podem ser organizados grupos mistos. Cada uma das estratégias fornecerá resultados distintos, isto é, em grupos homogéneos os resultados de cada grupo serão muito distintos (provavelmente os professores apresentarão questões distintas dos alunos, por exemplo) e em grupos heterogéneos os resultados serão mais semelhantes entre os grupos. No primeiro caso podemos ter uma melhor percepção das questões que preocupam cada grupo, o que poderá enriquecer o resultado. Independentemente da estratégia de divisão dos participantes, em cada grupo deverão ser debatidas as questões chave e os resultados devem ser preparados para apresentação em plenário após o debate dos grupos (que não deverá prolongar-se mais de 60 minutos).



### MÉTODOS PARA REALIZAR O DIAGNÓSTICO

Os métodos utilizados para diagnosticar o ambiente social da escola deverão ser os mesmos que foram descritos para o diagnóstico sobre os conteúdos curriculares e os métodos de ensino e aprendizagem: observação; questionário a alunos, pessoal não docente, professores e pais (estudo quantitativo); entrevistas em profundidade aos mesmos grupos (estudo qualitativo); e reunião de trabalho no qual alunos, pessoal não docente, professores e pais debatem em grupos de trabalho as questões (“focus groups”).

Uma nota importante é que estes grupos podem ser homogéneos (isto é, num grupo podemos ter somente pais, num somente pessoal não docente, num somente professores e noutra apenas alunos, por exemplo) ou heterogéneos (grupos mistos).

### 2.2.3.2 Diagnóstico sobre o espaço onde se ensina e aprende

Um outro aspecto fundamental a ser diagnosticado diz respeito ao contexto de ensino e aprendizagem, pois este tem a capacidade de condicionar a forma como os alunos se relacionam com as outras pessoas e com o meio envolvente. Os alunos aprendem muito através da observação e das suas vivências na sala de aula e no estabelecimento de ensino em geral.

Este contexto de ensino e aprendizagem inclui dois aspectos distintos:

- O AMBIENTE SOCIAL
- O IMPACTE AMBIENTAL DA ESCOLA

#### • O AMBIENTE SOCIAL

O ambiente social da escola influencia bastante o desenvolvimento dos valores, actividades e comportamentos dos alunos. A qualidade das relações entre as várias pessoas da escola e o respeito pelas diferentes opiniões, crenças e valores, são factores que podem proporcionar uma agradável atmosfera de aprendizagem estimulante quer para os alunos quer para os professores.

Exemplos de algumas perguntas para o diagnóstico sobre o ambiente social da escola que podem ser colocadas:

- Qual a opinião que os alunos, professores e funcionários têm sobre o ambiente social da escola? Existe cooperação, tolerância, respeito, etc., entre os vários membros da escola?
- Qual será a opinião da comunidade envolvente sobre o ambiente social da escola?
- Quais são os aspectos mais negativos? E os mais positivos?
- Que tipos de relações estão estabelecidos entre os alunos, professores, funcionários, administração, encarregados de educação e famílias? Como comunicam entre si? Todos têm as mesmas oportunidades de opinar?
- Como se incentiva a comunidade escolar a respeitar os diferentes pontos de vista e culturas?
- Os professores valorizam as opiniões dos alunos? E os alunos valorizam as opiniões dos professores?
- De que forma os alunos participam nas tomadas de decisão sobre os problemas da escola?
- Como podem os pais/família dos alunos conhecer melhor o que passa na escola?

## • O IMPACTE AMBIENTAL

O impacte ambiental provocado pela escola é de igual modo muito importante. O impacte ambiental engloba:

- Os aspectos físicos e funcionais da escola, como por exemplo, os espaços exteriores (recreios, jardins, etc.) e a gestão de recursos (água, resíduos, energia, etc.);
- As relações entre o estabelecimento de ensino e o meio exterior.

Em relação ao diagnóstico sobre o impacte ambiental que a escola pode provocar, existem alguns parâmetros de análise prioritária: resíduos, água, energia, transportes, ruído, espaços exteriores, biodiversidade, alimentação, compras e política de gestão ambiental da escola. Na essência falamos da realização de uma auditoria ambiental à escola: esta tarefa pode ser realizada pelos alunos, que podem facilmente vestir o papel de “investigadores”. No entanto, a recolha de informações sobre o “estado do ambiente” na escola nos vários parâmetros que enumeramos pode também ser feita recorrendo a outros métodos, como por exemplo:

- Debates organizados por tema com a toda a comunidade escolar representada, nos quais se expõe o tema, as questões, os problemas, as possíveis soluções e responsabilidades;
- Questionários/inquéritos.

O GC pode optar por realizar os debates e completá-los com os inquéritos ou então realizar apenas uma das tarefas.

O que será fundamental é que esta auditoria conduzida pelos alunos também seja baseada em factos que eles próprios recolhem através de observação ou de inquéritos aos responsáveis administrativos, de jardinagem, da cantina, etc. Para que a recolha de dados possa acontecer sem que os alunos sejam colocados perante situações desconfortáveis o ideal é que seja anunciado a todo o pessoal docente e não docente que esta iniciativa vai ter lugar. Idealmente, se as fases anteriores (motivação, reflexão) tiverem sido executadas, neste momento já não haverá qualquer tipo de constrangimento.

De seguida apresentamos uma possível lista de questões a responder durante a fase de diagnóstico para vários dos aspectos ambientais do dia-a-dia da escola. Alternativamente podem ser utilizadas fichas de diagnóstico: o Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia desenvolveu essas fichas durante o ano lectivo 1999/2000 com o apoio financeiro do Programa Ciência Viva do Ministério da Ciência e da Tecnologia. Sugerimos que as descarreguem em <http://www.escolasverdes.org/agenda21escolar/index.htm> e que sejam analisadas por cada grupo de trabalho com uma perspectiva crítica no sentido de as adaptarem à sua própria realidade (idade dos alunos que irão desempenhar a tarefa, características da escola, interesses do grupo de trabalho).



Tema

## RESÍDUOS



1. Que quantidade de resíduos é produzida na escola durante uma semana (pode ser analisada em peso ou número de contentores)?
2. Que tipos de resíduos são produzidos (papel, plástico, metal, vidro, matéria orgânica)?
3. A escola faz alguma recolha selectiva ou reciclagem?
4. A escola tem algum programa em que incentive à reutilização dos materiais, por exemplo, reutilização de papel usado só de um lado?
5. A cozinha reencaminha os resíduos orgânicos para algum compostor, com o objectivo de produzir composto (fertilizante orgânico para plantas)?
6. A comunidade escolar tem consciência das quantidades de resíduos geradas na escola e dos problemas associados ao seu descarte?
7. É frequente ver resíduos espalhados pelo chão da escola?
8. Os contentores são suficientes para a quantidade de lixo produzida diariamente? Existem contentores específicos (ou ecopontos) para o papel, plástico e metal e vidro?
9. Quais são as medidas que se podem implementar para tentar reduzir a quantidade de resíduos?
10. Quem pode contribuir fortemente para a redução dos resíduos?
11. O que pode a comunidade escolar fazer para que os resíduos gerados tenham um destino final ambientalmente mais adequado?

Tema

## ÁGUA



1. A escola tem alguma política de poupança de água?
2. Quantos litros de água se consomem em média por mês?
3. Utiliza-se algum procedimento para reduzir ou alertar para o gasto de água nos autoclismos da casa de banho? E nas regas? E em torneiras abertas?
4. A água da chuva é reaproveitada para alguma função?
5. Que cuidados há nos laboratórios para evitar a contaminações de águas?
6. Existem fugas de água?
7. São feitas campanhas de sensibilização ou outro tipo de acções para reduzir o consumo de água?
8. A comunidade escolar está sensibilizada para actuar de forma a poupar água?
9. Quais as actividades que consomem mais água? O que fazer? Como?

Tema

## ENERGIA



1. A escola tem alguma política de poupança de energia?
2. Quanto se gasta de electricidade por mês?

3. Quais as actividades que neste momento estão a gastar mais electricidade? Será que existe essa necessidade?
4. Que tipo de lâmpadas são utilizadas? De quanta potência? Utilizam-se lâmpadas económicas, de baixo consumo?
5. Normalmente as salas de aula costumam ficar com as luzes ligadas de uma aula para a outra? Existe luz natural suficiente nas salas de aula?
6. Os alunos, professores ou funcionários preocupam-se em apagar as luzes quando estas não são necessárias?
7. De que forma se poderia reduzir o consumo de electricidade na escola?
8. Quem estaria interessado em colaborar em campanhas de sensibilização no âmbito deste tema?

Tema

### TRANSPORTES



1. A escola possui algum contracto com alguma empresa de transportes? Se sim, está satisfeita com o serviço prestado? Porquê?
2. A regularidade dos transportes públicos existentes é adequada ao período de aulas?
3. A escola possui algum parque de estacionamento de bicicletas? E para viaturas privadas?
4. Entre os alunos existe partilha de transportes privados? E entre os professores? E entre os funcionários?
5. Existe muito tráfego automóvel?
6. O que é que poderia ser melhorado nos hábitos dos alunos, professores, funcionários e mesmo ao nível dos transportes públicos?

Tema

### RUÍDO



1. Existe na escola alguma forma explícita de apelar ao silêncio dentro dos edifícios escolares?
2. O ruído de uma sala de aula ouve-se na sala vizinha?
3. O ruído do exterior é incomodativo? O que é que o provoca?
4. Os edifícios da escola foram construídos de alguma forma específica para evitar a transmissão de ruído, por exemplo, com vidros duplos?
5. Existe alguma campanha que sensibilize para o silêncio?

Tema

### ESPAÇOS EXTERIORES



1. Qual é o aspecto geral da escola?
2. Há espaços verdes? Qual é o estado de conservação? Que tipos de plantas existem?



**UM IMPACTE  
NEGATIVO PODE SER  
TRANSFORMADO EM  
POSITIVO!**

A cantina (cozinha) da escola produz diariamente muitos resíduos orgânicos, mas estes podem ser reaproveitados para a compostagem. O composto daí resultante pode ser utilizado para fertilizar os jardins, canteiros ou mesmo a horta biológica da escola. A moral da história é que um impacto negativo pode ser transformado num impacto positivo se forem tomadas as medidas (por vezes muito simples) que permitem a inversão das práticas correntes.  
[www.escolasverdes.org/compostagem/index.htm](http://www.escolasverdes.org/compostagem/index.htm)

3. Quais são os aspectos que precisam de ser melhorados?
4. Quais são os aspectos que agradam mais aos vários membros da comunidade escolar?
5. O que pensa a comunidade envolvente do aspecto geral da escola?
6. Existem evidências de vandalismo na escola?
7. Qual é o estado de conservação dos materiais?
8. Quem participa na manutenção dos jardins?

Tema

**BIODIVERSIDADE**



1. A escola possui espaços verdes amplos? Em caso negativo, o que impede?
2. Que variedades de plantas estão cultivadas?
3. Existem árvores de fruto?
4. Existe alguma horta biológica?
5. Quem tem a função de tratar dos espaços verdes? Os alunos participam activamente?
6. O fertilizante utilizado é composto orgânico ou é um químico de síntese?
7. Na escola existe algum lago ou aquário?
8. Existe algum inventário da fauna existente nos espaços exteriores (aves, anfíbios, mamíferos, outros)?
9. Como são divididas as responsabilidades?
10. Já foram contactados alguns agricultores, jardineiros, ou engenheiros agrónomos para sensibilizar os alunos sobre a importância da biodiversidade? Os alunos sentiram-se interessados?

Tema

**POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL DA ESCOLA**



1. O estabelecimento de ensino possui alguma Política de Gestão Ambiental? Em caso afirmativo, é adequada à escola? Em caso negativo, porquê?
2. A escola mantém-se razoavelmente limpa?
3. Existem informações sobre o ambiente espalhadas pela escola?
4. A escola tem algum “Clube do Ambiente” ou está envolvida num projecto de índole ambiental?
5. A escola assina alguma revista de ambiente?
6. É frequente realizarem-se campanhas ou formação ambiental? Quem é o público alvo? Quais foram os resultados dessas acções?
7. Há actividades ambientais extracurriculares? Quem é o público alvo?
8. A escola costuma participar em concursos, exposições ou palestras sobre o ambiente em outros locais?
9. A comunidade envolvente sabe das actividades desenvolvidas pela comunidade escolar?
10. Caso tivesse que haver uma mudança ambiental na escola, quem estaria interessado em participar e colaborar?

Depois de reunir os dados e as opiniões sobre os principais problemas ambientais há que fazer a síntese dos resultados do diagnóstico. Para isso há que ter em conta os seguintes aspectos:

- Que sejam claramente distintos aqueles que são aspectos problemáticos e aqueles que não o são.
- Que todos os problemas detectados sejam claramente justificados. Não se trata somente de reunir opiniões, mas de enumerar os problemas juntamente com os dados relativos a estes.
- Que entre todos os participantes haja um acordo claro sobre os aspectos da vida escolar que devem ser alvo de intervenção.

### 2.2.4 FASE DE ACÇÃO

Depois de realizado o diagnóstico e identificados os aspectos nos quais se pretende intervir, deve elaborar-se um plano de acção, isto é, um plano prático para promover as mudanças necessárias.

Essa elaboração começa com a hierarquização dos problemas diagnosticados, organizados do mais para o menos prioritário. A hierarquização poderá ser influenciada por vários critérios, entre os quais:

- A gravidade ou urgência do problema
- Os custos da sua resolução (dinheiro, pessoas, tempo, esforço)
- A facilidade das pessoas em envolver-se num particular processo de mudança.

#### OS PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS IDENTIFICADOS, ORDENADOS DE ACORDO COM A SUA IMPORTÂNCIA

1. Falta de espaços verdes
2. Excesso de consumo de água
3. Existência de muito lixo no chão nos espaços comuns
4. Falta de recolha selectiva de resíduos
5. Fraca iluminação natural nas salas de aula

Exemplo de priorização dos problemas identificados

#### ESTABELECEM PRIORIDADES É FUNDAMENTAL.

O ideal nesta fase é ter consciência de que, realisticamente, não é possível intervir ao mesmo tempo em todos os problemas identificados pelo que, os mais importantes, os que exigem uma intervenção mais urgente, devem ser hierarquizados.



Os passos concretos para elaborar um plano de acção incluem:

**1. Formular objectivos a atingir**

É necessário discutir que mudanças devem ser introduzidas, a curto, médio e a longo prazo, com vista a eliminar os respectivos problema.

**2. Identificar possíveis propostas de acção para atingir esses objectivos**

Alcançar cada objectivo proposto depende da adopção de uma (ou mais) propostas de acção, que têm de ser devidamente identificadas.

**EXEMPLO 1**

OBJECTIVOS	PROPOSTAS DE ACÇÃO
Implementar um sistema de recolha selectiva de resíduos na escola	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Realizar reuniões com a Câmara Municipal e/ou Lipor para conhecer o sistema, saber como é efectuada a recolha e quais as regras de separação</li> <li>· Efectuar um questionário para saber se a comunidade escolar sabe como utilizar correctamente os contentores de recolha selectiva e se está disposta a fazê-lo</li> <li>· Identificar os locais na escola onde será necessário instalar contentores de recolha selectiva</li> <li>· Construir os contentores domésticos de recolha selectiva</li> <li>· Preparar e lançar uma campanha de sensibilização da comunidade escolar para o sistema implementado na escola: onde estão os contentores, como utilizar, importância do gesto...</li> </ul>

**EXEMPLO 2**

OBJECTIVOS	PROPOSTAS DE ACÇÃO
Diminuir o consumo de água na escola	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Estudar os hábitos de consumo de água</li> <li>· Colocar cartazes de sensibilização nos vários espaços onde ocorre o consumo</li> <li>· Mudar torneiras com problemas</li> <li>· Criar um canal de fácil acesso a qualquer aluno, professor ou funcionário para reportar avarias e desperdícios</li> <li>· Realizar uma conferência temática</li> <li>· Informar e formar o pessoal não docente (em particular da cantina e da jardinagem) para as boas práticas disponíveis</li> </ul>

----- Para cada problema identificado podemos definir um ou vários objectivos ou metas. Para cada objectivo listamos um conjunto de propostas de acção. Muitas vezes as propostas de acção são alternativas, noutras casos são sequenciais, ou seja, deverá executar-se a acção n antes de passar à acção n+1

### 3. Descrever e priorizar cada uma das propostas de acção

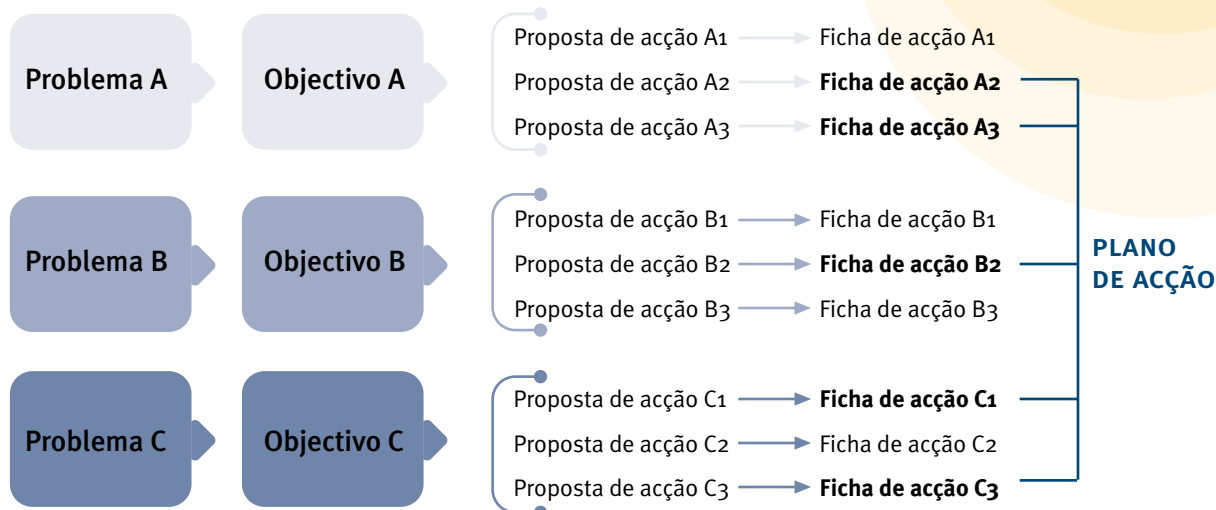
É preciso assegurar que foram propostas acções para cada objectivo. Analisadas e avaliadas as propostas de acção, há que ordená-las em função da sua prioridade e definir para todas o que fazer, quando e como.

Idealmente cada proposta de acção deve ser elaborada na forma de ficha, que deve incluir:

- Descrição da acção
- Resultados esperados
- Recursos humanos necessários
- Pessoas disponíveis
- Pessoas a recrutar do exterior
- Materiais necessários
- Materiais a adquirir
- Recursos económicos necessários
- Oportunidades
- Dificuldades
- Data de implementação
- Indicadores

O plano de acção será então o conjunto de fichas das acções consideradas prioritárias.

Sintetizando em esquema...





## 2.2.5 FASE DE AVALIAÇÃO

Esta fase é fundamental no processo e deve ter lugar regularmente (duas vezes por ano, por exemplo). Passa por avaliar o grau de cumprimento dos objectivos e realizar os ajustamentos necessários ao plano de acção, caso os objectivos não estejam a ser cumpridos. A melhor forma de aferir se os objectivos estão a ser cumpridos é obter dados para um conjunto de indicadores pré-definidos que são analisados periodicamente através de instrumentos de avaliação que também são definidos inicialmente (na ficha de acção). Os dados são recolhidos e analisados e a informação resultante é interpretada.

As avaliações menos positivas que forem surgindo deverão ser anotadas e encaradas como uma aprendizagem, sobre as quais se podem tirar conclusões acerca dos factores que a isso conduziram e que permitem reformular as estratégias.

### O QUE É UM INDICADOR AMBIENTAL?

A monitorização e avaliação do progresso de qualquer política de desenvolvimento sustentável deve ser baseada em instrumentos de aferição. Tais instrumentos denominados indicadores servem para saber a qualquer momento qual é o ponto da situação, ou seja, se se está ou não a atingir os objectivos inicialmente propostos.

#### EXEMPLOS DE POSSÍVEIS INDICADORES:

- › Número de resmas de papel consumidas;
- › Quantidade de lixo produzido;
- › Quantidade de água consumida;
- › Quantidade de energia consumida;
- › Quantidade de vidro, alumínio ou papel recolhido e entregue para reciclagem.

#### EXEMPLO CONCRETO

##### Objectivo

Aumentar as áreas verdes no recinto escolar em 20%

##### Indicador

Percentagem da superfície do recinto escolar destinada a zonas verdes (jardins, hortas)

##### Instrumento de avaliação

Planta do recinto escolar

##### Frequência de avaliação

Semestral ou anual

### 2.2.5.1 Comunicar os resultados

O GC deverá preocupar-se em comunicar/divulgar os resultados de todo o processo à comunidade educativa para que todos se sintam integrados no processo e conscientes de toda a evolução do desempenho ambiental da escola. Os resultados podem também ser divulgados junto da comunidade local.

A divulgação dos resultados poderá ser realizada através de vários métodos e meios:

- Realização de exposições e colóquios, publicação de boletins informativos, criação de um site na internet, concursos, comemorações ou outros eventos especiais, etc;
- Poderá existir um “Painel da Agenda 21 na Escola” num sítio bem visível na escola, onde a informação possa ser facilmente disponibilizada aos alunos e aos visitantes (por exemplo, no bufete ou na cantina);
- Organização de um “Dia da Agenda 21 Escolar” abrangendo a escola e a comunidade local (este dia pode coincidir com um dia de festa da própria escola - o último dia de aulas, por exemplo).

A comunidade local poderá contribuir de forma muito positiva na implementação da A21E, mas só se estiver bem sensibilizada e informada.

#### ALGUNS EXEMPLOS DE ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE:

- › Colocação e actualização periódica de um painel de informação em local bem visível para os visitantes, onde constem as actividades a realizar, notícias, painéis temáticos, etc.;
- › Realização de inquéritos que, para além de recolherem informação, sirvam simultaneamente para estimular o interesse e sensibilizar;
- › Realização de sessões para anunciar os avanços realizados no programa da A21E, nas quais os alunos apresentam os trabalhos realizados e os resultados obtidos;
- › Organização de um “Dia da Agenda 21 na Escola” com diversas iniciativas, que pode coincidir com um dia de comemoração de algo como o Natal, Carnaval, Dia da Árvore, Dia do Ambiente, etc.;
- › Organização de concursos, exposições, dramatização, colóquios, etc., para a divulgação dos trabalhos efectuados;
- › Convidar diversas entidades locais, Encarregados de Educação e outros elementos da comunidade educativa, bem como outras escolas que já tenham ou ainda se encontrem a implementar a A21E, para a participação em algumas actividades;
- › Utilização do Jornal da escola para divulgação das actividades, ou mesmo a criação de um Jornal ou um portal específico;
- › Utilização da imprensa e da rádio local como meios de divulgação de informação do Programa.



## 3. Alguns recursos

### PÁGINAS NA INTERNET

Fee Portugal Eco-Escolas

[www.abae.pt/eco-escolas.php](http://www.abae.pt/eco-escolas.php)

Associação Portuguesa de Educação Ambiental

[www.aspea.org](http://www.aspea.org)

Agenda 21 Escolar – Barcelona

[www.bcn.es/agenda21/A21\\_ESCOLAR.htm](http://www.bcn.es/agenda21/A21_ESCOLAR.htm)

"Our Common Future" – Relatório de Brundtland

[www.brundtlandnet.com/brundtlandreport.htm](http://www.brundtlandnet.com/brundtlandreport.htm)

Clube de Romã

[www.clubofrome.org](http://www.clubofrome.org)

Documento: "De la Agenda 21 Local a la Agenda 21 Escolar"

[www.ej-gv.net/ceida/data/h\\_weissmann\\_c.pdf](http://www.ej-gv.net/ceida/data/h_weissmann_c.pdf)

Escola Superior de Biotecnologia – Escolas Verdes – Agenda 21

[www.escolasverdes.org/agenda21escolar/index.htm](http://www.escolasverdes.org/agenda21escolar/index.htm)

Documento: "Educar para la sostenibilidad. Agenda 21 Escolar: una guia para la escuela"

[www.euskadi.net/vima\\_educacion/datos/agenda21escolar\\_c.pdf](http://www.euskadi.net/vima_educacion/datos/agenda21escolar_c.pdf)

Instituto do Ambiente

[www.iambiente.pt](http://www.iambiente.pt)

Documento: "Programa de promoción de Agenda 21 Local en la comunidad de Madrid"

[www.iblnews.com/varios/fida.doc](http://www.iblnews.com/varios/fida.doc)

International Council for Local Environmental Initiatives

[www.iclei.org/CSDCASES/LA21INT.HTM](http://www.iclei.org/CSDCASES/LA21INT.HTM)

Nações Unidas: Conferência de Joanesburgo

[www.johannesburgsummit.org](http://www.johannesburgsummit.org)

South Norfolk Council: Local Agenda 21

[www.south-norfolk.gov.uk/south-norfolk/council.nsf/pages/LA21info1.html](http://www.south-norfolk.gov.uk/south-norfolk/council.nsf/pages/LA21info1.html)

The Standards Site: What is a Local Agenda 21?

[www.standards.dfee.gov.uk/schemes2/ks4citizenship/cit12/12q1?view=get](http://www.standards.dfee.gov.uk/schemes2/ks4citizenship/cit12/12q1?view=get)

Arts and Sustainability Project for Stockport Schools

[www.stockportmbc.gov.uk/2121/schools.htm](http://www.stockportmbc.gov.uk/2121/schools.htm)

UNESCO

[www.unesco.org](http://www.unesco.org)

[www.unesco.org/education/esd/english/chapter/chapter.shtml](http://www.unesco.org/education/esd/english/chapter/chapter.shtml)

[www.unesco.org/iau/sd/stockholm.html](http://www.unesco.org/iau/sd/stockholm.html)

[www.unesco.org/iau/sd/thessaloniki.html](http://www.unesco.org/iau/sd/thessaloniki.html)

[www.un.org/esa/sustdev/mgroups/mgina.htm](http://www.un.org/esa/sustdev/mgroups/mgina.htm)

Declaração de Tbilisi

[www.uwsp.edu/natres/nres310510/thetbilisideclaration.htm](http://www.uwsp.edu/natres/nres310510/thetbilisideclaration.htm)

## CONTACTOS

### Escola da Ponte

Largo Dr. Braga da Cruz, 4795-015 AVES

Tel.: 252 872 410

[www.eb1-ponte-n1.rcts.pt](http://www.eb1-ponte-n1.rcts.pt)

*A Escola da Ponte situa-se numa simpática vila de nome Vila das Aves.*

*Trata-se de uma escola pública que sentiu necessidade de se reinventar com base em valores como a autonomia, a co-responsabilização, o respeito pela diferença e solidariedade, e isso através de ferramentas de interação e participação democrática.*

*O resultado está à vista: apesar de todas as dificuldades, esta é talvez a escola básica portuguesa mais premiada e visitada por estrangeiros.*

*Através do endereço electrónico mencionado é possível aceder a um manancial de detalhes sobre todo o projecto educativo adoptado por esta escola.*

### ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental

Delegação Regional de Aveiro

Apartado 1078, 3813 Aveiro

Tel: 234 386 265 - Fax: 234 371 139

[del.aveiro@aspea.org](mailto:del.aveiro@aspea.org)

[www.aspea.org](http://www.aspea.org)

*A ASPEA é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 1990, que tem como objectivo principal o desenvolvimento da Educação Ambiental no ensino formal e não formal. No sítio da Internet pode encontrar-se uma breve apresentação da associação e bastante informação sobre os diversos eventos, projectos e actividades que desenvolvem.*

### Associação Bandeira Azul da Europa

Edifício Bartolomeu Dias, 11 – 1<sup>o</sup>, Doca de Alcântara, 1350-352 Lisboa

Tel: 21 394 27 40 - Fax: 21 394 27 49

[fee.portugal@abae.pt](mailto:fee.portugal@abae.pt)

[www.abae.pt](http://www.abae.pt)

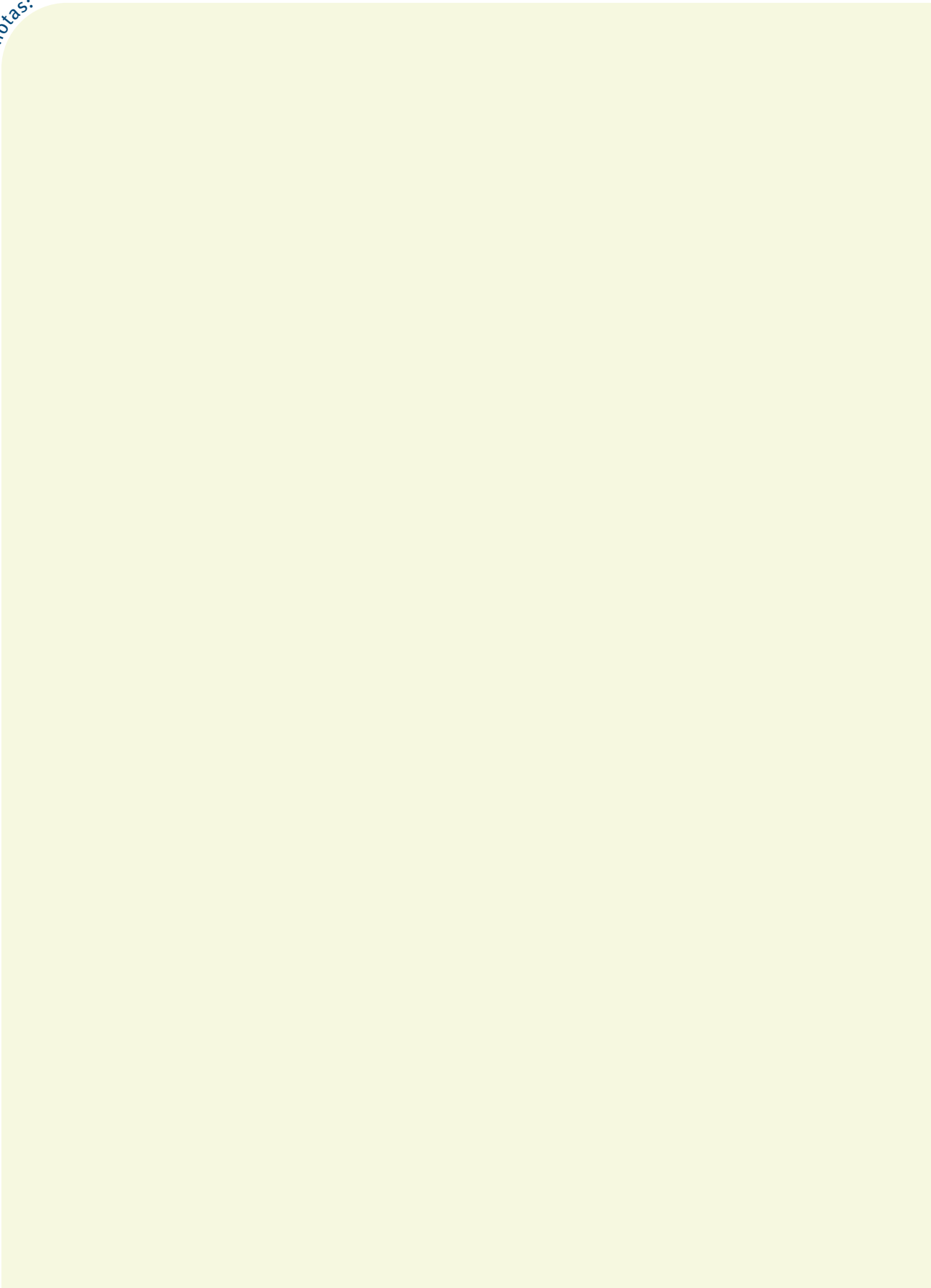
*A Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE / FEE Portugal) é membro da Fundação para a Educação Ambiental (FEE). É uma Organização não Governamental, inscrita como Associação de Defesa do Ambiente e que visa promover acções de sensibilização e a educação ambiental reconhecidas a nível nacional pelas autoridades competentes e a nível europeu pela FEE. Para compreender melhor o âmbito de actuação, iniciativas programas desta associação basta visitar o endereço de Internet.*

Se a sua escola é da área do Grande Porto, isto é, está localizada nos concelhos de Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo ou Vila do Conde pode contar com o apoio técnico da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa no processo de implementação da Agenda 21 na Escola.

Estaremos disponíveis para visitar a escola e conhecer melhor o seu contexto específico, aconselhar estratégias e fornecer mais informações, sem custos para a escola. Este apoio estará disponível durante o ano lectivo 2004/2005.

Contacte-nos através do telefone 22 558 00 32 ou do e-mail [contacto@futurosustentavel.org](mailto:contacto@futurosustentavel.org)  
Pessoas de contacto: Joana Oliveira (Dra.), Conceição Almeida (Eng.<sup>a</sup>), Marta Pinto (Dra.)

notas:



notas:



O “Futuro Sustentável – Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto” é um projecto que tem como objectivo principal definir o que pode ser feito na região para melhorar o ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos. A grande inovação deste projecto está no facto de todas as pessoas e instituições serem chamadas a identificar os problemas ambientais que sentem no seu dia-a-dia e a dar as suas ideias para o futuro.

O “Futuro Sustentável – Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto” é promovido pela Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto e por todas as Câmaras Municipais que a integram: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde. É tecnicamente desenvolvido pelo Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa.

O projecto foi iniciado em 2003 e ficará concluído em 2006, com a divulgação de um Plano de Acção com as principais medidas concretas na área do ambiente que são essenciais à região e habitantes do Grande Porto. Até lá, todos os grupos, organizações e cidadãos são convidados a participar nas actividades.

Esteja a par do que se passa em:

[www.futurosustentavel.org](http://www.futurosustentavel.org)

Ou contacte-nos através do telefone 225 580 032  
ou e-mail para [contacto@futurosustentavel.org](mailto:contacto@futurosustentavel.org)



FICHA TÉCNICA:

Concepção e textos: Grupo de Estudos Ambientais Escola Superior de Biotecnologia Universidade Católica Portuguesa

Novembro de 2004

Impresso em papel 100% reciclado

Promotor:

*Lipor*

